



JUSTIÇA REPRODUTIVA: ENTENDENDO SEUS FUNDAMENTOS E CONCEITOS NA LITERATURA ACADÊMICA

Júlia Fernandes Silva¹, Maria Ligia Ganacim Granado Rodrigues Elias²

¹Acadêmica do Curso de Medicina, Campus Maringá-PR, Universidade Cesumar - UNICESUMAR. PVIC/ICETI-UniCesumar. julia.medcesu@gmail.com

²Orientadora, Doutora em Ciência Política, Docente do Programa de Pós Graduação em Gestão do Conhecimento nas Organizações. Maria.el@unicesumar.edu.br

RESUMO

A justiça reprodutiva é um termo contemporâneo, fruto de uma abordagem interseccional, feminista e antirracista, para que, diferente de ao longo da história que procura incluir todas as mulheres na temática dos direitos sexuais e reprodutivos, considerando as iniquidades sociais e em saúde, visando políticas de saúde mais equânimes. O presente estudo objetiva realizar uma revisão bibliográfica sobre o conceito de justiça reprodutiva, seus fundamentos e sua relação com os direitos humanos e a equidade de gênero. O estudo, em andamento, estabelece um protocolo de inclusão e exclusão de artigos baseado em palavras-chave pré-estabelecidas, culminando na formulação de base de dados com os artigos selecionados, que serão analisados tematicamente. Como resultados, procura-se a identificação dos principais marcos históricos e conceituais relacionados à justiça reprodutiva e o desenvolvimento de uma compreensão mais aprofundada sobre a origem e a evolução desse conceito e das diferentes perspectivas teóricas.

PALAVRAS-CHAVE: Direitos Humanos; Política de Saúde; Reprodução.

1 INTRODUÇÃO

O planejamento familiar é um trabalho interdisciplinar que vem sendo feito por analistas sanitários, políticos e sociais há quase dois séculos, visto que a garantia dos direitos reprodutivos é uma questão crucial para formulação de políticas públicas de saúde adequadas e para a proteção da dignidade humana prevista pelos direitos humanos (BRANDÃO; CABRAL, 2021; UNICEF, 2023).

Apesar da descriminalização do aborto em alguns países representar uma importante conquista para as mulheres, e ser um dos pontos levantados por teóricas e ativistas de direitos humanos de mulheres, a temática não deve ser a única questão a ser discutida (HOOKS, 1999). Direitos reprodutivos abrangem não apenas o direito de ter filhos ou não ter filhos, mas todas as questões sociais e estruturais relativas a reprodução. Ou seja, trata-se de incorporar ao debate as condições dignas para o exercício da maternidade daqueles que desejam ou já são mães. (ONWUACHI-SAUNDERS *et al.*, 2019).

Além disso, as discussões apenas centradas na questão do direito ao não ao aborto (ou sua descriminalização) embora relevantes no campo de direitos humanos de mulheres, não era suficiente para englobar a experiência de todas as mulheres excluindo as mulheres pobres e de cor que muitas vezes tem o seu direito de ser mães e ter condições de cuidar de seus filhos negadas. (TEIXEIRA; GALLO, 2021).

Assim, enquanto as mulheres brancas avançavam no enfrentamento pelos direitos reprodutivos, as mulheres marginalizadas eram colocadas em uma posição contrária, sendo submetidas a contracepção, esterilização e abortos compulsórios (DAVIS, 2016).

Portanto, não bastava elucidar apenas as soluções, também era necessário reduzir as iniquidades e disparidades na saúde da mulher, oferecendo também os meios para que as mulheres proscritas também alcancem os seus direitos (LEE *et al.*, 2022).

A raça não pode ser vista apenas como uma herança genética, e sim, como uma característica social, que influencia diretamente na biomedicina reprodutiva (RUSSEL,



2022). Trata-se de uma construção social que tem sido estruturante para o acesso desigual de bens e serviços sociais, especialmente o acesso à saúde.

Visando aumentar a representatividade na luta pelos direitos reprodutivos, surgiu, em 1994, a partir de uma declaração com mais de 800 assinaturas publicada no *The Washington Post e Roll Call* feita pelo grupo “*Women of African Descent for Reproductive Justice*” o termo justiça reprodutiva (THE WASHINGTON POST, 2023).

É uma nova abordagem que dissemina a ideia de que é necessária uma abordagem interseccional, feminista e antirracista, para que a autonomia das mulheres, seja mais ética, equânime e justa do que era vislumbrado nas primeiras lutas pelos direitos reprodutivos, abordando tanto o direito de abortar como também o de maternar de forma segura e sustentável (GILLIAM, 2019; ONWUACHI-SAUNDERS *et al.*, 2019).

Sem o conhecimento apropriado a respeito da justiça reprodutiva, reforça-se abordagens racistas e estigmatizantes (BRANDÃO; CABRAL, 2021) no momento de realização do planejamento familiar e abordagem dos direitos reprodutivos, isto posto, questiona-se, quais são os fundamentos, a relação com os direitos humanos e a equidade de gênero envolvidos no conceito de justiça reprodutiva?

2 METODOLOGIA

Trata-se de um trabalho em andamento de revisão integrativa que será realizada a partir de publicações disponíveis na plataforma de busca PubMed e BVS (Biblioteca Virtual em Saúde). A busca utilizará os seguintes descritores: Justiça Reprodutiva, *Reproductive justice*, Saúde reprodutiva AND justiça reprodutiva, *Reproductive health* AND *reproductive justice*.

A priori foram encontrados 8.272 artigos que foram restringidos a 6.806 artigos após os seguintes critérios de refinamento: publicações do período de 2013 a 2023; idiomas inglês, espanhol e português; artigos completos.

Para determinar quais artigos serão lidos de forma exploratória será levado em consideração títulos, palavras-chave e resumo das publicações; aqueles que forem condizentes com os objetivos pressupostos pelo presente trabalho serão lidos na íntegra.

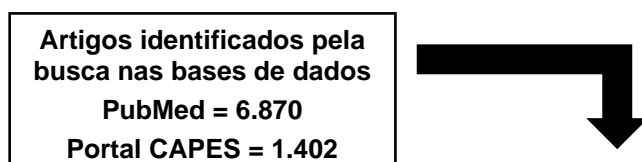
Foram descartados artigos duplicados, outras formas de trabalho que não aqueles revisados por pares, e aqueles que no resumo não explicita que irá tratar especificamente do tema justiça reprodutiva.

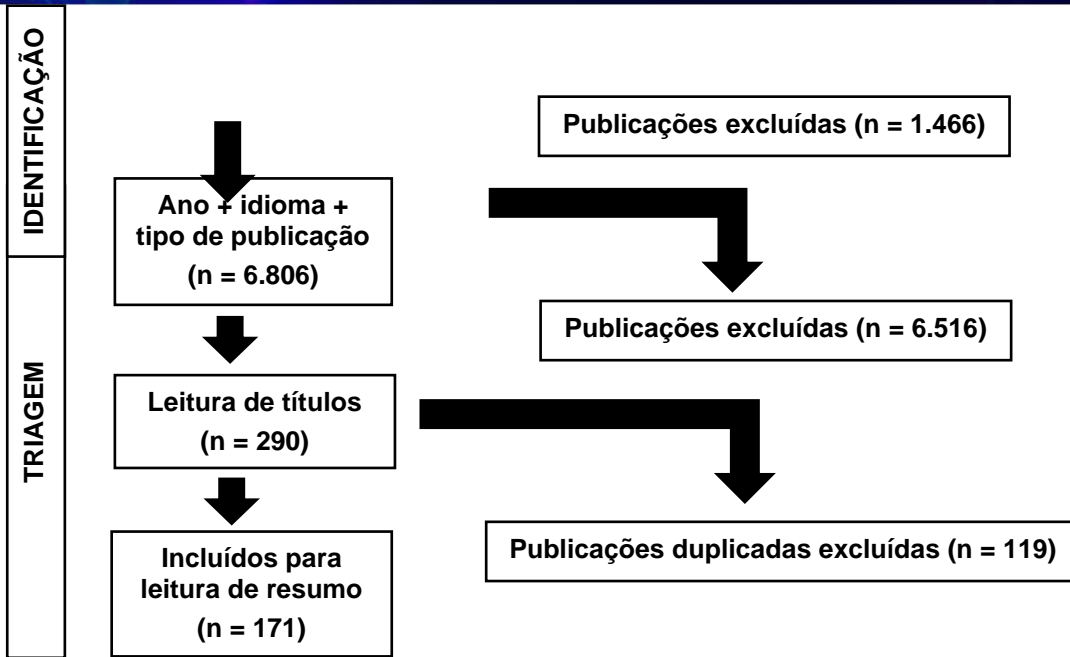
Posteriormente será realizada sistematização dos dados e análise dos resultados da análise temática de modo a oferecer de forma sistematizada um mapeamento sobre as discussões científicas realizadas em torno do objeto de análise da pesquisa.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir do protocolo de busca apresentado na metodologia, foram identificados 8.272 artigos, aos quais foram aplicados critérios de refinamento para selecionar aqueles que serão submetidos a leitura exploratória e futura possível leitura na íntegra.

Fluxograma 1: Tabulação dos artigos encontrados previamente nas bases de dados estipuladas para o protocolo de busca





Fonte: Autoral

Após a seleção dos 171 artigos (fluxograma 1) percebe-se que a maioria dos artigos foram excluídos principalmente no momento da análise dos títulos das publicações, tal fato pode ser atribuído ao escopo do trabalho que visa especificamente tratar do tema da “justiça reprodutiva”, dessa foram, trabalhos que tratavam da questão “direitos reprodutivos”, ainda que sejam relacionados à temática, foram excluídos, dado o foco e escopo desta pesquisa

Percebeu-se também que mesmo com maior quantidade de artigos encontrados em inglês, a sua maioria foi excluída, enquanto os artigos em português, mesmo em menor quantidade, foram mais incluídos no estudo. A análise temática dos artigos será realizada nas próximas etapas da pesquisa.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do presente estudo conclui-se que a identificação dos principais marcos históricos e conceituais relacionados à justiça reprodutiva irá promover o desenvolvimento de uma compreensão mais aprofundada sobre a origem e a evolução desse conceito, bem como uma visão mais clara das diferentes perspectivas teóricas e práticas envolvidas.

Tal conhecimento irá transverter a “justiça reprodutiva” de um tema novo e ainda pouco abordado para um conceito conhecido e melhor aplicável nas políticas públicas, reforçando uma saúde universal, integral e equânime a todas as mulheres.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, E. R.; CABRAL, C. S. Juventude, gênero e justiça reprodutiva: iniquidades em saúde no planejamento reprodutivo no Sistema Único de Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, n. 7, p. 2673-2682, jul. 2021.

CASSUNDÉ, F. R. S. A.; BARBOSA, M. A. C.; MENDONÇA, J. R. C. Entre revisões sistemáticas e bibliometrias: como tem sido mapeada a produção acadêmica em Administração no Brasil?. **Informação & Informação**, v. 23, n. 1, p. 311-334, 2018.



D'ANDRÉA, Carlos Frederico de Brito. **Pesquisando plataformas online: conceitos e métodos.** Salvador: Edufba, 2020.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe.** 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

GILLIAM, M. Youth Reproductive Justice: Beyond Choice, Toward Health Equity. **Health Education & Behavior**, v. 47, n. 4, p. 640–641, feb. 2020.

HOOKS, B. **Feminism Is For Everybody: Passionate Politics.** London: Pluto Press, 2000.

LEE, E. D KULANDAVELU, S.; GOMES-LOPEZ, N.; BONNEY, E. A. Our Vision on Health Equity and Justice in Reproductive Sciences: Yesterday, Today, and Tomorrow. **Reproductive Sciences**, v. 29, n. 7, p. 1965–1966, jul. 2022.

NEVES, L. M. B.; JANKOSKI, D. A.; SCHNAIDER, M. J. Tutorial de pesquisa bibliográfica. Universidade Federal do Paraná. Sistema de Bibliotecas. Bibliotecas de Ciências e da Saúde. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2013.

ONWUACHI-SAUNDERS, C.; DANG, Q. P.; MURRAY, J. Reproductive Rights, Reproductive Justice: Redefining Challenges to Create Optimal Health for All Women. **Journal of Healthcare, Science and the Humanities**, v. 9, n. 1, p. 19-31, 2019.

RUSSEL, C. Which lives matter in reproductive biomedicine? **Reproductive Biomedicine & Society Online**, v. 14, p. 28-31, mar. 2022.

TEIXEIRA, A.; GALLO, M. B. Nosso útero, nosso território: justiça reprodutiva e suas lutas decoloniais por aborto e maternidade. **Cadernos do Centro de Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro**, v. 14, n. 2, p. 52-66, mai/ago. 2021.

THE WASHINGTON POST. **Why black women issued a public demand for 'reproductive justice' 25 years ago.** Disponível em <<https://www.washingtonpost.com/nation/2019/08/16/reproductive-justice-how-women-color-asserted-their-voice-abortion-rights-movement/>> Acesso em: 05 apr. 2023.

UNICEF. Convenção sobre os Direitos da Criança. Direitos da criança e do adolescente e direitos humanos. O que são direitos humanos? Disponível em <<https://www.unicef.org/brazil/o-que-sao-direitos-humanos#:~:text=Os%20direitos%20humanos%20s%C3%A3o%20normas,tem%20em%20rela%C3%A7%C3%A3o%20a%20eles.>> Acesso em: 05 apr. 2023.

VOSGERAU, D. S. R.; ROMANOWSKI, J. P. Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas. **Revista diálogo educacional**, v. 14, n. 41, p. 165-189, 2014.